

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2013.
(Do Sr. Fernando Jordão)

Requer sejam convidados a Senhora Maria das Graças Foster (Presidente da Petrobrás S/A) o Senhor Márcio Pereira Zimmermann (Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia), para prestarem esclarecimentos sobre venda dos ativos da Petrobrás Colombia (PEC) para a petrolífera Perenco.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a Senhora Maria das Graças Foster (Presidente da Petrobrás S/A) o Senhor Márcio Pereira Zimmermann (Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia), para que, em audiência pública a ser agendada por esta Comissão, esclareçam sobre venda dos ativos da Petrobrás Colombia (PEC) para a petrolífera Perenco.

JUSTIFICAÇÃO

Por se tratar de tema por demais complexo, que possui relevante interesse público, sentiu-se a necessidade de se ampliar e aprofundar o entendimento da atuação da empresa Petrobras nos campos da compra e venda de empresas de todos os segmentos por ela efetuada.

Diante deste cenário, sou autor da Proposta de Fiscalização e Controle nº 120 de 2013, que tem como objetivo exatamente às operações de compra e venda de ativos da empresa Petrobrás.

Como se não bastasse este estado de coisas, vem sendo veiculado pela imprensa a venda de 100% das ações da Petrobrás Colombia (PEC) para a petrolífera Perenco.

A partir desses fatos elencados acerca dos atos realizados pela empresa, há que se indagar de sua credibilidade e transparência. É direito da sociedade, nesse sentido, tomar conhecimento, no caso fundamental. Além disso, há que se compreender melhor essa situação.

Sentimo-nos no dever de cobrar medidas adequadas para esclarecer toda e qualquer dúvida suscitada.

Assim, precisamos, primeiramente compreender a situação e as circunstâncias em que ocorreram os fatos elencados, e, posteriormente, usar com vigor a legislação pertinente. Torna-se pois urgente averiguar com profundidade este movimento.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 2013.

FERNANDO JORDÃO
Deputado Federal – PMDB/RJ